



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Necessidade da contratação

A contratação de serviços de segurança é necessária para proteger o patrimônio móvel e imóvel dos cartórios eleitorais, bem como a integridade dos servidores e usuários da Justiça Eleitoral Catarinense.

Atualmente, para os cartórios localizados nas regiões divididas em 1 a 6 e o prédio anexo II do TRE-SC contamos com sistema de vigilância eletrônica para os horários em que não estão em funcionamento.

Esse modelo foi adotado com o fim de garantir a segurança do patrimônio do TRE-SC, desde que os cartórios começaram a funcionar em local diverso do Fórum, onde dividiam as instalações com a Justiça Estadual.

Considerando que com o passar do tempo quase todas as zonas eleitorais passaram a funcionar em sede própria, demandando a necessidade de resguardo dos bens e equipamentos, adotou-se o modelo de vigilância eletrônica, em razão do baixo custo e de atender às necessidades.

Em conformidade com o Planejamento de Contratações deste Tribunal, que uniformizou as vigências dos contratos e previu o agrupamento das Unidades da Justiça Eleitoral de Santa Catarina em seis regiões, baseadas em critério geográfico, optou-se pela contratação dos serviços por região. Foram consideradas, ainda, na opção pelo agrupamento dos serviços por região, tanto a racionalização de recursos e processos quanto tornar o objeto mais atraente, com vistas a estimular a participação de maior número de empresas no certame.

Dessa forma, em face das argumentações tecidas e em razão deste Tribunal não possuir efetivo de servidores da Especialidade Segurança, em número suficiente para ocupar todos esses locais, faz-se necessária a contratação desses serviços de vigilância, mais especificamente, mantendo-se o modelo atualmente adotado, vigilância eletrônica.

Esclarecemos que o presente estudo trata dos serviços prestados nos imóveis localizados na 6ª região do TRE-SC.

2. Alinhamento da contratação

2.1. Plano de Contratações Anual

Anexo I
Item 67 – Vigilância Eletrônica

2.2. Plano de Logística Sustentável

Trata-se de contratação de serviços de vigilância eletrônica para os imóveis localizados na 6ª região do TRE-SC, com emprego mínimo de materiais. Dessa forma, inexistente conflito do objeto com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC.

2.3. Outros instrumentos

Faz-se necessária a contratação de serviço de vigilância eletrônica para suportar a demanda, com o objetivo de cumprir o disposto na Resolução CNJ n. 435 de 28/10/2021, sobre a política e o sistema

nacional de segurança do Poder Judiciário.

3. Requisitos da contratação

Considerando que se trata de atividade de suporte/apoio, entende-se que os requisitos funcionais são relacionados aos serviços necessários para a devida execução das atividades, compreendendo: a instalação de sistema de alarme em todos os pontos de entrada dos imóveis, a fim de permitir maior segurança em caso de arrombamento e horários fora do expediente.

Na execução dos serviços a empresa deve sempre manter o sistema de monitoramento em funcionamento e garantir o atendimento de emergência quando for acionado.

A contratação deverá observar o cumprimento das exigências legais no que se refere às normas trabalhistas, previdenciárias e do fundo de garantia.

Em caso da necessidade de atendimento presencial, nos casos de impossibilidade do conserto do sistema, a empresa deve ter autorização de funcionamento expedida pelo Ministério da Justiça, para atuação no Estado de Santa Catarina, na forma da Lei n. 7.102, de 20 de junho de 1983, e Certificado de Segurança expedido pelo Departamento de Polícia Federal, conforme Portaria nº 3233, de 10/12/2012, o qual passou a ser expedido juntamente com a Autorização de funcionamento ou de Revisão.

Por fim, registra-se que a estrutura operacional mínima exigida torna o objeto incompatível com a natureza profissional de pessoa física.

4. Levantamento de mercado

4.1. Análise das alternativas possíveis

4.1.1. Soluções disponíveis no mercado

Contratação de empresa para prestar serviços de vigilância presencial, não armada.

Contratação de empresa para prestar serviços de vigilância presencial, armada.

Contratação de empresa para prestar serviços de monitoramento de imagens.

Contratação de empresa para prestar serviços de vigilância eletrônica, por meio de sensor de presença.

4.1.2. Contratações públicas similares

Produto/Serviço 01	Vigilância Eletrônica
Instituição Pública	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Fornecedor	VIGISOL - Vigilância Patrimonial Ltda
Descrição	Contrato para a prestação de serviços de vigilância eletrônica, com sensor de presença, para os Cartórios Eleitorais que compõem a Justiça Eleitoral de Santa Catarina (regiões 1ª, 2ª, 4ª, Anexo II)
Valor Estimado	R\$ 5.604,76 mensais
Observações	Contrato n. 51/2024, Termo Aditivo n. 098/2025

Produto/Serviço 02	Vigilância Eletrônica
Instituição Pública	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Fornecedor	CASVIG/ORSEGUPS - Catarinense de Segurança e Vigilância Ltda
Descrição	Contrato para a prestação de serviços de vigilância eletrônica,

	com sensor de presença, para os Cartórios Eleitorais que compõem a Justiça Eleitoral de Santa Catarina (regiões 3ª e 5ª)
Valor Estimado	R\$ 6.354,72
Observações	Contrato n. 52/2024, Apostila n. 058/2025

4.2. Justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

Entendemos que a melhor forma de contratação, depois dos serviços identificados no item 4.1.1., e pelos motivos expostos no item 1, é a execução de forma indireta, por meio de contratação de empresa para prestar serviços de vigilância eletrônica, por meio de sensor de presença, nos moldes do atualmente contratado.

Tal motivo se deve a impossibilidade de atender a todos os locais com vigilância presencial, em função do alto custo.

Assim, considerando o custo e as medidas de proteção ao patrimônio que devem ser mantidas, o modelo de vigilância eletrônica, com sensor de presença, é o que melhor atende às necessidades da Administração neste momento.

Para subsidiar a presente contratação, informamos os valores praticados nos contratos em vigor, CT 51/2024, Termo Aditivo n. 098/2025 (regiões 1ª, 2ª, 4ª, Anexo II): R\$ 5.604,76 (cinco mil seiscentos e quatro reais e setenta e seis centavos) mensais e CT 52/2024, Apostila n. 058/2025 (regiões 3ª e 5ª): R\$ 6.354,72 (seis mil trezentos e cinquenta e quatro reais e setenta e dois centavos) mensais.

5. Descrição da solução

Contratação de empresa para prestar serviços de vigilância eletrônica, com sensor de presença, para os cartórios eleitorais da 6ª região, conforme abaixo descrito.

6ª REGIÃO			
MUNICÍPIO	LOCAL	ENDEREÇO	TELEFONE
Abelardo Luz	71ª	Avenida Pe. João Smedt, 1274, Centro	49 3251 7471 49 988693616
Campo Erê	69ª	Rua Osvaldo Dário D'Igna, N. 794, Sala 2, Centro	49 3251 7469 49 988061505
Dionísio Cerqueira	50ª	Av Santa Catarina, 218, Centro	49 3251 7450 49 988695311
Itapiranga	65ª	Rua São Bonifácio, 280, Térreo, Ed. Peperi, Centro	49 3251 7465 49 988060670
Maravilha	58ª	Avenida Sul Brasil, 448, Sala 02, Centro	49 3251 7458 49 988058419
Modelo	83ª	Rua Xv de Novembro, 476, Centro	49 3251 7483 49 988058765
Palmitos	41ª	Rua Visconde do Rio Branco, 932, Sala 2, Centro	49 3251 7441 49 988036769
Pinhalzinho	66ª	Avenida Capitão Anizio, 1.037, Centro	49 3251 7466 49 988061055

Ponte Serrada	63ª	Av. XV de Novembro, N. 86, Sala 2, Edifício Marafon, Centro	49 3251 7463 49 988059976
Quilombo	78ª	Av Coronel Ernesto Bertaso 464 - Ed.alameda Jardins - SI - S, Centro	49 3251 7478 49 988702063
São Carlos	70ª	Rua Demétrio Lorenz, 246, Edifício Galli, Sala 01, Centro	49 3251 7470 49 988692545
São Lourenço do Oeste	49ª	Travessa São Pedro, 1085, Subsolo Galeria Bela Vista, Centro	49 3251 7449 49 988697521
São Miguel do Oeste	45ª e 82ª	Rua Marquês do Herval, 977, Edifício Leolino Baldissera, Centro	49 3251 7482 49 988033111
Xanxerê	43ª	Travessa Ernesto Carmelli, 55, Sala 1, Centro	49 3251 7443 49 988037396
Xaxim	48ª	Rua Rio Grande, N. 653, Centro	49 3251 7448 49 988049984

A contratação solicitada deve abranger o fornecimento de 1 (um) sistema de alarme eletrônico e os serviços de monitoramento e de atendimento de emergência, para cada local do quadro acima, nas condições a seguir descritas:

SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO:

a) locação, instalação e programação de 1 (um) sistema de monitoramento eletrônico, compreendendo o fornecimento de todos os componentes necessários ao seu adequado funcionamento, de acordo com a seguinte relação:

a.1) 1 (uma) central de alarme com sensores infravermelhos em número suficiente para cobertura das salas ocupadas, 1 (um) receptor, 1 (um) transmissor, 1 (um) teclado de programação e operação, 1 (um) botão de chamada de urgência (botão de pânico), 2 (duas) sirenes, 1 (uma) fonte, 1 (uma) bateria, fiação e demais dispositivos necessários à instalação;

a.2) 1 (um) discador automático (ou modem) para a conexão da central de alarme com o sistema de monitoramento e gerenciamento dos registros de acesso e de alarme do prédio;

a.3) 1 (um) sistema compartilhado de monitoramento e gerenciamento dos registros de acesso e de alarme do prédio (unidade de operação);

b) a central de alarme deverá permitir a programação de senhas individualizadas, além de possibilitar o registro eletrônico de todas as operações efetuadas pelos usuários registrados, tais como acionamento e desativação do sistema, devendo, ainda, emitir sinal de disparo do alarme para as sirenes e para a unidade de operação;

c) a central de alarme deverá permitir a emissão de sinal diferenciado para o computador da unidade de operação originado por um dispositivo de emergência (botão de pânico), o qual deverá ser instalado nas dependências do prédio monitorado;

d) o sistema compartilhado de monitoramento e de gerenciamento deverá ser operado por profissional especializado, o qual deverá atender às exigências mínimas de segurança dos dados e das instalações; e

e) a comunicação da central de alarme com o computador da unidade de operação deverá ser off line, devendo o operador do sistema trabalhar em conjunto com o patrulhamento móvel, durante 24 (vinte e quatro) horas diárias ininterruptas, incluindo sábados, domingos e feriados.

SERVIÇO DE MONITORAMENTO E DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA:

a) monitoramento eletrônico das dependências do imóvel durante as 24 (vinte e quatro) horas diárias, incluindo sábados, domingos e feriados, utilizando o sistema locado e instalado pela empresa contratada;

b) após o disparo do alarme, identificação exata do setor violado (dependência do prédio monitorado) pela unidade de operação;

c) identificação imediata dos usuários pelo sistema monitorado e emissão de relatório detalhado sobre os eventos ocorridos (disparos do alarme e operações de acionamento e desarme), contendo data, hora e identificação dos usuários, atendendo à solicitação formal do Cartório responsável;

d) atendimento de emergência imediato, através de patrulhamento móvel, obedecendo à seguinte rotina:

d.1) disponibilidade de viatura caracterizada, com pessoal devidamente treinado e equipado, para o atendimento de emergências ocorridas em qualquer hora do dia ou da noite, incluindo sábados, domingos e feriados, as quais compreendem: violação ou tentativa de violação, por pessoa não autorizada, de qualquer dependência monitorada; chamadas dos servidores em situação de emergência que os impeçam de contatar a polícia local, tais como incêndio, assalto ou emergências médicas; e, vigilância suplementar, enquanto não restaurado o acesso danificado;

d.2) verificação in loco do prédio monitorado depois de sinalizado o disparo do alarme na unidade de operação ou do chamado de emergência dos servidores;

d.3) quando da constatação da violação das dependências monitoradas, o operador do sistema ou o funcionário da empresa que efetuar o patrulhamento móvel, deverá contatar primeiramente a polícia local e só após, com a presença do policiamento, o servidor do TRE-SC responsável pelo Cartório Eleitoral, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis, devendo assegurar a inviolabilidade das dependências;

d.4) vigilância presencial nas dependências quando danificado algum acesso (portas, janelas ou o rompimento de qualquer outro obstáculo) em virtude da violação ou da tentativa de violação dos ambientes sob monitoração, devendo a empresa manter no local vigilância permanente enquanto providenciados os reparos necessários, que serão providenciados pelo TRE-SC, e concluídos em até 12 (doze) horas após o registro do evento na unidade de operação.

6. Estimativas de quantidades*

As quantidades, considerando a supressão das 35ª e 94ª ZEs de Chapecó/SC, seguem as do contrato atual: CT n. 040/2021 - Vigilância eletrônica (6ª Região), com vigência até 02/07/2026, dado o retorno positivo verificado na sua execução.

7. Vigência da contratação

Considerando a natureza contínua do objeto ora demandado, propõe-se que o contrato a ser celebrado tenha vigência até 04/09/2029, a partir da data da assinatura.

A adoção de vigência plurianual traz benefícios relevantes para a Administração, destacando-se:

a) **racionalização administrativa:** reduz a necessidade de formalização de aditivos contratuais de prorrogação em curtos intervalos, gerando economia de tempo e de recursos das áreas técnicas, jurídicas e de gestão de contratos;

b) **estabilidade na execução contratual**: evita a fragmentação da prestação dos serviços e contribui para a manutenção de rotinas operacionais já consolidadas, prevenindo discontinuidades decorrentes de processos licitatórios frequentes ou alterações contratuais recorrentes;

c) **eficiência no planejamento orçamentário e operacional**: facilita a previsão e o gerenciamento das despesas ao longo do ciclo de contratação e permite à Administração estruturar suas atividades com maior segurança e previsibilidade;

d) **potencial para obtenção de propostas economicamente mais vantajosas**: a vigência mais extensa tende a estimular ofertas comerciais mais competitivas, permitindo ao futuro contratado diluir custos de mobilização e estruturação do serviço ao longo do prazo contratual;

e) **redução de impactos decorrentes de transições contratuais frequentes**, como novas fases de implantação, adaptação de equipes, treinamentos e ajustes operacionais;

f) **alinhamento com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento**, consagrados na Lei n. 14.133/2021, promovendo uma atuação administrativa mais racional e sustentável; e

Diante de tais elementos, entende-se que a adoção de vigência plurianual no presente caso atende ao interesse público e contribui para a adequada execução do objeto contratual, com ganhos de eficiência e economicidade para a Administração.

8. Estimativa do valor da contratação*

O valor orçado no Plano Anual de Contratações para o item relativo à vigilância eletrônica é de R\$ **378.888,62** (trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e sessenta e dois centavos) e com base no contrato atual 040/2021, Apostila n. 054/2025 o valor estimado para a contratação do objeto deste estudo é aproximadamente R\$ 3.043,84 (três mil e quarenta e três reais e oitenta e quatro centavos) mensais.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação*

Em conformidade com o Planejamento de Contratações deste Tribunal, que previu o agrupamento das Unidades da Justiça Eleitoral de Santa Catarina em seis regiões, baseadas em critério geográfico, optou-se pela contratação dos serviços por região. Foram consideradas, ainda, na opção pelo agrupamento dos serviços por região, tanto a racionalização de recursos e processos quanto tornar o objeto mais atraente, com vistas a estimular a participação de maior número de empresas no certame. A adjudicação será por item único, composto pelos cartórios eleitorais agrupados na 6ª Região.

10. Demonstrativo dos resultados pretendidos

Os serviços visam a garantir a segurança dos ativos da Justiça Eleitoral Catarinense, com proteção do patrimônio público.

11. Providências a serem adotadas previamente à celebração do contrato

Para a presente contratação não haverá a necessidade de providências prévias a serem adotadas, tampouco capacitação dos servidores para fiscalização e gestão contratual.

12. Contratações correlatas e/ou interdependentes

No momento não existem contratações correlatas e/ou interdependentes.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

Não se aplica a esta contratação.

14. Análise de riscos

Não se aplica a esta contratação.

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação*

Com base nas informações levantadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar e considerando que a prestação dos serviços de vigilância é essencial para manter a segurança dos imóveis que abrigam os cartórios eleitorais do Estado, que compõem a 6ª região, a equipe de planejamento considera a contratação viável, visto que há necessidade da contratação e há no mercado soluções que atendam à demanda das coberturas pretendidas.